



Saldo global positivo melhora 231 milhões de euros até fevereiro

A execução em contabilidade pública das Administrações Públicas (AP) registou, até fevereiro, um excedente global de 258 milhões de euros (ME), representando uma melhoria de 231 ME face ao período homólogo, explicada por um crescimento da receita (4,7%) superior ao da despesa (2,8%). No mesmo período, o excedente primário ascendeu a 1 999 ME, tendo aumentado 482 ME relativamente a 2017.

Receita com forte crescimento, em linha com a atividade económica e emprego

O comportamento da receita acompanha a evolução favorável da atividade económica e do emprego. Até fevereiro, a receita fiscal do subsetor Estado cresceu 8,1%, tendo-se ainda observado um crescimento dos reembolsos de 20%, representando mais 230 ME.

A receita líquida do IVA aumentou 5,5%, acompanhada pelo crescimento no IRS e IRC. A receita beneficiou ainda do comportamento do mercado de trabalho, visível no forte crescimento de 7,6% das contribuições para a Segurança Social.

Despesa cresce em linha com os compromissos assumidos no OE 2018 e despesa no SNS atinge máximos do período pré-troika

A despesa das AP cresce 2,8%. Este crescimento é mais reduzido devido ao fim do pagamento do subsídio de natal em duodécimos e por ainda não se ter materializado integralmente o efeito do descongelamento das carreiras.

A despesa com pensões da Segurança Social diminui 1,0%. No entanto, e em termos comparáveis e corrigida do efeito do subsídio de natal, a despesa terá crescido cerca de 4,3%. Esta evolução deve-se ao facto de em 2018, e pela primeira vez na última

década, a grande maioria dos pensionistas ter aumentos superiores à inflação e de se ter verificado o aumento extraordinário de pensões em Agosto de 2017.

Destaca-se a despesa no setor da saúde, com um acréscimo no SNS de 4,3%, bastante acima do orçamentado. Refira-se o aumento das despesas com aquisição de bens e serviços e no investimento público. Entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2018, a despesa no SNS aumentou 13,3 %.

Redução do *stock* da dívida não financeira nas AP e abrandamento do crescimento dos pagamentos em atraso

Em fevereiro o *stock* da dívida não financeira nas AP - despesa sem o correspondente pagamento, que inclui pagamentos em atraso - reduziu-se em 87 ME em termos homólogos.

Os pagamentos em atraso registaram um acréscimo homólogo de 291 ME, tendo no entanto apresentado um abrandamento do crescimento homólogo. Em Março, antecipa-se uma forte redução deste valor já que até ao dia 23 foram pagos mais de 323 ME, financiados pelo reforço de capital nos Hospitais E.P.E. realizado no final de 2017.

**Défice de 2017 de 0,92% PIB (2,96% com CGD)
Novo mínimo histórico da democracia portuguesa**

O défice das AP em 2017 foi de 0,92% do PIB (2,96% se incluirmos o efeito da capitalização da Caixa Geral de Depósitos).

Evolução da despesa em linha com o inicialmente previsto

A evolução do défice resultou do crescimento da despesa primária de 2,0%, próximo do previsto no Orçamento do Estado para 2017, enquanto a receita fiscal e contributiva cresceu 5,0%, acima do previsto, e em resultado do desempenho da economia, nomeadamente do emprego. O aumento da receita deveu-se em particular às contribuições para a segurança social, IRC e IVA (apesar da redução da taxa no setor da restauração). No conjunto dos outros impostos a receita diminuiu de 13,5% para 13,3% do PIB, em particular no IRS, devido à eliminação da sobretaxa.

Na despesa, destaca-se ainda o forte crescimento de 24,9% do investimento.

Défice adequado ao contexto de expansão económica

O valor do défice orçamental atingido em 2017 é o adequado face às atuais condições económicas e financeiras do país. A política seguida contribuiu para a recuperação de rendimentos e para a criação de um clima de estabilidade e confiança, fundamental para o relançamento da economia e de emprego. Em 2017 Portugal atingiu a taxa de desemprego mais baixa desde 2004.

Cria espaço para evitar PDE num quadro económico menos favorável

O valor do défice como o atingido em 2017 permite evitar que, caso se enfrente nos próximos anos uma recessão europeia, onde os défices orçamentais se tendem a agravar acima de 2,0 p.p.¹, Portugal não volta a entrar em procedimento por défice excessivo. Isto foi o que sucedeu nas duas últimas recessões a nível europeu (2003 e 2009), e dado o elevado nível de endividamento implicaria custos financeiros muito elevados para todos.

Com o nível de crescimento económico e emprego atingido em 2017 e com as finanças públicas cada vez mais estabilizadas, Portugal volta a poder enfrentar o futuro com otimismo e confiança.

¹ *A título de exemplo, na sequência da recessão europeia do início do século, o défice médio dos países que então constituíam a zona euro agravou-se 2,8 p.p. entre 2000 e 2003.*

Mónica Paredes

Miguel Pinto

Assessoria de Imprensa

Gabinete do Ministro das Finanças

Av. Infante D. Henrique, 1

1149-009 Lisboa, PORTUGAL

TEL + 351 21 881 68 61 / + 351 21 881 69 37

FAX + 351 21 881 68 19

www.portugal.gov.pt